

Á Comissão Parlamentar do
Trabalho e Seg. Social da Assembleia da República
Palácio de São Bento
Lisboa

N/Refª. **165/2019-12-19**

Assunto: **Envio da apreciação ao Proj Lei em epígrafe**

Exmº. Senhores,

**Em anexo, remetemos, em impresso próprio e texto junto, a apreciação da
USC/CGTP-IN ao Projecto de Lei 17/XIV**

**Esperando a v/ melhor atenção e que o mesmo seja tomado em devida
conta**

Atenciosamente,

Pel` o Sec. da Dir. Dist. da
USC/CGTP-IN

António Moreira, Coordenador

APRECIÇÃO PÚBLICA

Diploma:

 Proposta de lei n.º __/XIV (1.ª) Projeto de Lei n.º 17/XIV (1ª) Proposta de alteração

Identificação do sujeito ou entidade (a)

UNIÃO DOS SINDICATOS DE COIMBRA/CGTP-IN

Morada ou Sede:

Avª. Fernão de Magalhães, n.º. 640 – 2.º. Esq.º.Local CoimbraCódigo Postal 3000-174Endereço Electrónico usc.cgtp@gmail.comContributo: Projecto de Lei nº 17/XIV (PCP) Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho nocturno e por turnos**(Separata nº1, DAR, de 19 de Novembro)****APRECIÇÃO DA USC/CGTP-IN em anexo (02 fls.)**Data Coimbra, 2019-02-19

Assinatura _____



(a) Comissão de trabalhadores, comissão coordenadora, associação sindical, ou associação de empregadores, etc.

Projecto de Lei nº 17/XIV (PCP)
Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho nocturno e por turnos

(Separata nº1, DAR, de 19 de Novembro)

APRECIACÃO DA USC/CGTP-IN

O presente Projecto de Lei tem como objectivo alterar os regimes jurídicos do trabalho nocturno e do trabalho por turnos, no sentido de reforçar os direitos e garantias dos trabalhadores abrangidos por estes regimes proporcionando-lhes melhores condições de trabalho e maior protecção da sua saúde e segurança.

Está largamente comprovado que o trabalho nocturno e o trabalho por turnos constituem formas de organização do tempo de trabalho extremamente penosas e desgastantes, com impactos muito negativos para a saúde dos trabalhadores, impedindo por exemplo a obtenção de um sono reparador em quantidade e qualidade ou a possibilidade de uma alimentação regular, além de afectar irremediavelmente a sua vida pessoal, social e familiar.

Com efeito, a incapacidade, por parte dos trabalhadores sujeitos aos regimes de organização do tempo de trabalho em análise, de conseguirem estabelecer as mais básicas rotinas psico-fisiológicas, constitui condição susceptível de provocar prejuízos irreparáveis no médio e longo prazos, incluindo a degradação do estado geral de saúde e, devido ao enfraquecimento do sistema imunitário, uma maior probabilidade de contracção de problemas cardiovasculares, patologias de natureza psicossocial e até de cancro, conforme o comprovam diversos estudos académicos sobre a matéria. Contudo, os danos individuais não se ficam apenas pela diminuição da esperança média de vida, como resultado dos problemas de saúde provocados directa ou indirectamente pelo trabalho por turnos, manifestando-se também ao nível das condições de segurança, uma vez que a capacidade de concentração, atenção e reflexo, diminuem drasticamente em quem sofre perturbações no seu sono ou nas mais diversas rotinas fisiológicas.

Neste quadro, a presente iniciativa legislativa que pretende melhorar a protecção dos trabalhadores submetidos a estes regimes de organização do tempo de trabalho, merece a inteira concordância da CGTP-IN.

Na especialidade

- **Âmbito de aplicação (artigo 2º)**

Sem prejuízo de considerarmos adequada a aplicação das novas disposições em matéria de trabalho nocturno e por turnos aos trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, entendemos que deve ser salvaguardada a existência de regimes convencionais mais favoráveis.

- **Noção de trabalho por turnos (artigo 220º)**

O Código do Trabalho inclui uma subsecção sobre trabalho por turnos (artigos 220º a 222º) e uma subsecção relativa ao trabalho nocturno (artigos 223º a 225º), regulando assim separadamente estes dois tipos de organização do tempo de trabalho, sistema que a presente iniciativa não se propõe alterar.

Assim sendo, e sem prejuízo de concordarmos com todas as novas disposições inseridas no artigo 220º e que as mesmas devem aplicar-se igualmente ao trabalho por turnos e ao trabalho nocturno, entendemos que devem ser objecto de previsões separadas inseridas nas respectivas subsecções – ou seja, este artigo 220º não deve referir-se ao trabalho nocturno, mas apenas ao trabalho por turnos, devendo as mesmas previsões quando relativas ao trabalho nocturno ser incluídas no artigo 223º, para maior clareza da lei.

O mesmo princípio deve aplicar-se a outras disposições – por exemplo o artigo 222º, nº2 relativo ao exame médico prévio deve referir apenas o trabalho por turnos, remetendo a referência ao trabalho nocturno para o artigo 225º.

- Antecipação da idade da reforma (artigo 266ºB)

Sem prejuízo de concordarmos com a criação de um regime específico de antecipação da idade de acesso à pensão de velhice por parte dos trabalhadores que prestem serviço em regime de turnos, entendemos tratar-se de matéria de segurança social e, especificamente, do regime de pensões, pelo que não deveria constar do Código do Trabalho, mas sim ser incluído em legislação de segurança social – seja em legislação especial avulsa, seja por alteração do regime das pensões em vigor.

No que respeita ao aumento da taxa social única a pagar pelas entidades patronais que recorrem aos regimes de trabalho nocturno e/ou turnos, embora regra geral sejamos contrária a variações da taxa social única, quer para financiar políticas de emprego, quer para penalizar as entidades patronais pela adopção de formas de contratação precária, consideramos que neste caso específico a opção de aumentar a TSU na parte que cabe à entidade patronal pode ser justificada para auto-financiar a antecipação da reforma dos trabalhadores abrangidos, sem onerar nem os restantes trabalhadores, nem o Orçamento do Estado.

- Trabalho nocturno de menores

Temos reiteradamente defendido junto da OIT que a nossa legislação laboral em matéria de trabalho nocturno de menores, nomeadamente o artigo 76º do Código do Trabalho, não está em conformidade com as exigências da Convenção nº6, trabalho nocturno de crianças (indústria), 1919, pelo menos em dois aspectos:

- Não especifica em concreto quais os sectores de actividade em que os menores de idade igual ou superior a 16 anos podem prestar trabalho nocturno, remetendo essa tarefa para a contratação colectiva, o que pode induzir uma generalização não admitida pela Convenção;
- A proibição do trabalho nocturno de menores de idade igual ou superior a 16 anos abrange um período de apenas 9 horas, de acordo com o disposto no nº2 do artigo 76º do Código do Trabalho, sendo que a Convenção alarga esta proibição a um período mínimo de 11 horas.

O Governo tem argumentado que esta Convenção está obsoleta por datar de 1919, mas nós entendemos que, uma vez que a sociedade e a lei laboral têm evoluído no sentido de conferir aos menores uma protecção muito maior do que a prevista em 1919, a Convenção jamais poderá considerar-se como obsoleta por garantir demasiados direitos aos trabalhadores menores, mas sim pelo facto de se limitar a assegurar direitos tão limitados que dificilmente podem considerar-se adequados e suficientes numa sociedade que condena toda e qualquer forma de trabalho infantil.

Neste quadro, esta Organização Sindical entende que a presente iniciativa legislativa poderia ser aproveitada para conformar a norma ou normas relativas ao trabalho nocturno de menores com a referida Convenção da OIT, conferindo assim aos trabalhadores menores a protecção que lhes é devida.

Coimbra 19/12/2019

A Direcção Distrital da
USC/CGTP-IN



União dos Sindicatos de Coimbra